

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 0021538040/2024 - SAMA.UCP.CASERF

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Trata-se de processo para Contratação de serviços para construção de Carneiras Mortuárias no Cemitério Municipal Rio Bonito pelo Sistema de Registro de Preços.

Faz-se necessária nova contratação dos serviços de construção de carneiras mortuárias, para concessão assistencial no Cemitério Municipal Rio Bonito por meio do Sistema de Registro de Preços.

Considerando que a Secretaria de Meio Ambiente - SAMA tem o dever de atender às necessidades das famílias de baixa renda e que não possuem condições financeiras para cobrir o custeio de despesas com construção de carneiras mortuárias, visando cumprir o que encontra-se no texto do Decreto nº 24.623/2015 do Município de Joinville, conforme artigo 10, § 1º, que versa o seguinte:

Art. 10 A Concessão assistencial de sepulturas é aquela proporcionada de forma gratuita aos hipossuficientes ou indigentes.

Ainda, no mesmo Decreto, no art. 13 diz "*Art. 13 A concessão assistencial pelo uso da sepultura será de 5 (cinco) anos para sepultura em edificação horizontal (...)*", após esse período informado é dever do Município conforme enuncia o art. 15, em seu parágrafo 1º: "*Findo o prazo das publicações, serão removidos da sepultura de concessão assistencial quaisquer objetos e construções que porventura tenham sido feitos e os restos mortais não reclamados pelos interessados serão depositados nos ossários, devidamente identificados e anotados em livro próprio.*"

Considerando a necessidade de dar destinação aos restos mortais e a possibilidade da hipossuficiência, segue não apenas o benefício de atender a coletividade indiscriminadamente, mas a obediência legal que livra este município de maiores ônus legais. Conforme competência legalmente atribuída no parágrafo único do artigo 3º do Decreto nº 24.623/2015:

"Parágrafo único - Cabe ao órgão municipal que responde pela administração dos cemitérios públicos ceder e retomar os terrenos para sepulturas; fiscalizar a utilização das concessões e serviços de mão-de-obra nos cemitérios; autorizar as inumações, exumações, reinumações e realocações de restos mortais para ossários ou para cremação."

Visa portanto a concessão assistencial em sua completa gratuidade, limitada pelo tempo, de carneiras mortuárias e garantir o cumprimento da Lei Municipal Nº 7.864, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014, Regulamentada pelo Decreto nº 24.623/2015.

2 – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Está previsto no plano de contratações de serviços de construções para atendimento às demandas de sepultamentos por concessão assistencial.

A presente contratação está prevista no Plano Plurianual (0010300529) no qual pode ser verificado que a previsão para o presente encontra-se na ação nº 2.3350 - Manutenção de cemitérios públicos - SAMA.

Assim, a contratação está prevista no plano de ações da Secretaria para o ano de 2024.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

- Fornecer mão-de-obra especializada, mantendo quadro de pessoal técnico qualificado para realização dos serviços, devidamente uniformizados com a identificação da empresa.
- Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como àqueles provocados em virtude dos serviços executados e da inadequação de materiais e equipamentos empregados.
- Será de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas necessárias para a execução da obra.
- Obedecer as normas de segurança e medicina do trabalho para esse tipo de atividade, ficando por sua conta o fornecimento, antes do início da execução dos serviços, dos Equipamentos de Proteção Individual– EPI e coletiva EPC, caso necessário a seus funcionários;
- Transportar, sempre que necessário, as suas expensas, seus funcionários, peças, ferramentas e equipamentos até a obra, além de manter limpos e inalterados os locais onde atuar, deixando livre de restos/entulhos os locais ao final da obra;
- Caso a CONTRATANTE constate qualquer negligência ou irregularidade na execução dos serviços por parte da CONTRATADA, cuja solução demande materiais e/ou mão de obra, estas serão fornecidas pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE;
- A CONTRATADA deverá isolar as áreas onde serão realizados os trabalhos, proibindo a entrada e passagem de pessoas não autorizadas.
- Identificar seus funcionários, ou terceiros, responsáveis pela prestação do serviço;
- Comunicar ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contrato;
- Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes desta prestação de serviços, inclusive perante terceiros.

4 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 Estima-se a construção de 300 carneiras adultas e 100 carneiras infantis tendo em vista a última licitação realizada no ano de 2023 (22.0.424750-7) com acréscimo de aproximadamente 40% das carneiras adultas e inclusão de carneiras infantis, tendo em vista o levantamento realizado pela unidade do quantitativo realizado no ano de 2023 e início de 2024.

4.1.2 O quantitativo indicado ainda tem a finalidade de atender a possibilidade de prorrogação da ata decorrente da presente requisição de compras.

4.2 O embasamento quantitativo estimado encontra-se apresentado no anexo 0020590717.

4.3 De modo geral, para o levantamento das quantidades foram analisados os documentos das contratações vigentes, realizado o levantamento junto a unidade requisitante.

4.4 - A quantidade estimada está demonstrada no memorial descritivo (0021538047).

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

As soluções disponíveis no mercado para atender demandas de sepultamentos por concessão assistencial são:

- Construção de gavetas em cemitério vertical;

É uma ação totalmente nova a ser realizada pela administração municipal, vez que nunca houve contratação desse tipo de construção, o que demandaria dois processos de Requisição de Compras, um para realização do projeto e outro para execução do Serviço propriamente dito. O que não é possível realizar neste momento pela administração, tendo em vista não haver tempo hábil para todo esse procedimento. Ainda, demanda um estudo para verificar qual espaço público dos cemitérios municipais poderia ser utilizado para a presente construção. Outrossim, considerando se tratar de uma construção de grande porte não seria possível realizar os sepultamentos conforme a demanda apresentada pelo município.

- Contratação de serviços de cremação de cadáveres;

É uma ação totalmente nova a ser realizada pela administração municipal, vez que nunca houve previsão desse tipo de serviço, um processo mais específico de Requisição de Compras. O que não é possível realizar neste momento pela administração, tendo em vista não haver tempo hábil para todo esse procedimento. Entretanto, a Secretaria de Assistência Social (SAS), que é responsável pela análise sócio-econômica e aprovação da disponibilização do benefício de sepultamento social, está analisando junto à Procuradoria Geral do Município a possibilidade de um convênio entre o município e empresas que oferecem os serviços de cremação. Se realizado, o convênio poderá absorver parte do serviço, o que diminuiria a demanda pelos sepultamentos. Porém, considerando que mesmo que seja realizado tal parceria, as famílias possuem livre escolha entre cremação ou sepultamento, ainda há a necessidade de se possuir o quantitativo necessário para atendimento do serviço.

- Absorção do serviço pela municipalidade;

Considerando que não há mão de obra no quadro de servidores públicos ativos que possam suprir essa demanda, e uma das alternativas seria a contratação de servidores através de concurso público, porém não abrangeria todas as necessidades, apenas a parte de mão de obra e portanto seriam necessária contratações específicas para aquisição de materiais de construção e aquisição de equipamentos necessários à execução do serviço. Ao contratar uma empresa especializada, a mesma irá realizar todas as etapas necessárias, incluindo materiais necessários e equipamentos, dessa maneira não necessitando de outras contratações específicas.

- Contratação de serviços para construção de Carneiras Mortuárias;

Essa é a opção que já vem sendo adotada pela administração municipal nos últimos anos, na modelagem atual, Sistema de Registro de Preços, a municipalidade tem obtido sucesso em atender as necessidades e o interesse público, visto que o prazo para construção das carneiras é baixo e o atendimento à demanda é realizado de forma eficiente, ao contratar uma empresa especializada, a mesma irá realizar todas as etapas necessárias, incluindo materiais necessários e equipamentos, dessa maneira não necessitando de outras contratações específicas.

CONCLUSÃO - MELHOR SOLUÇÃO

Considerando as soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos trazidos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação de serviços para construção de Carneiras Mortuárias pelo Sistema de Registro de Preços, tendo em vista as condições verificadas pela administração, sendo esse o meio economicamente mais vantajoso para realização dos serviços.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 - Os valores estimados para a contratação, bem como suas memórias de cálculo estão discriminados no presente processo, após a conclusão da pesquisa de preços, o qual deverá estar compatível com o histórico de contratações anteriores.

6.2 - No entanto, de início, estima-se a contratação tem como valor estimado o importe de R\$ **757.489,00** de acordo com o Sistema G-Obras.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Após análise das soluções de mercado supra elencadas, considerando os elementos dispostos em cada opção, demonstra-se como a melhor solução para atendimento ao interesse público envolvido a contratação de serviços para construção de Carneiras Mortuárias pelo Sistema de Registro de Preços. Ressalta-se que a presente contratação atende ao disposto no Art. 85 da Lei 14.133/2021, visto a existência de projeto padronizado sem complexidade técnica e operacional e que a necessidade do serviço a ser contratado é frequente em consequência dos óbitos atendidos pela Administração Pública nos moldes de Concessão Assistencial.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Não é viável a divisão da presente licitação em itens. Ainda que a descrição dos serviços enumere diversos procedimentos, todos devem ser realizados de forma correlata para que o serviço seja realizado em sua completude a fim de se alcançar a efetividade no atendimento ao interesse público.

Considerando ainda, que a divisão não se mostra vantajosa para a Administração Pública, pois prejudicaria o ganho de escala e não traria vantagem econômica. Fundamenta-se a presente decisão no disposto no Art. 40 da Lei de Licitações:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte: [...]

V - atendimento aos princípios:

a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso; [...]

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor; [...]

Verifica-se ainda, que a contratação objeto do presente processo de requisição de compras envolvem itens de mesma natureza, verifica-se que o agrupamento de itens é justificável, pois a contratação de apenas um fornecedor para os dois tipos de construções resulta em economia de escala, visto que reduz os custos unitários dos itens e do preço global da contratação; a padronização, visto a compatibilizar as execuções mantendo as especificações técnicas e de desempenho.

Sobre o assunto já decidiu o Tribunal de Contas da União conforme o Enunciado do Acórdão 821/2013 que “É lícito o agrupamentos em lotes de itens a serem adquiridos por meio de pregão, desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si.” Visto que os dois itens tratam de serviços de construção de carneiras mortuárias, apenas distinguindo-se pelas medidas de execução dos serviços, apresenta maior vantagem econômica a manutenção da contratação sem a divisão da licitação em itens, pois poderia resultar em prejuízo para a Administração Pública, uma vez que se arriscaria ensejar uma

deserção com relação a um dos itens, ou ainda, um posterior problema com relação à execução contratual.

Conforme depreende-se da justificativa para formalização da presente demanda, as concessões assistenciais acontecem de forma recorrente e precisam ser atendidas de imediato pela Administração Pública, assim inviável a manutenção de mais de um contrato, pois prejudicaria o pleno atendimento dos serviços essenciais prestados pela municipalidade. Havendo a possibilidade de ocorrer a solicitação dos dois serviços ao mesmo tempo, existe impossibilidade de duas empresas trabalharem no mesmo local para pleno atendimento à demanda, pois o Cemitério é um espaço limitado e acabaria acarretando obstáculo para ambas as empresas e consequentemente para a administração, vistas ao possível atraso ao cumprimento contratual, o que é inadmissível no tipo de serviço público em questão.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos, materiais e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões. No caso, busca-se o bem estar dos munícipes e pleno atendimento ao serviço público, a concessão assistencial em sua completa gratuidade, limitada pelo tempo, de carneiras mortuárias e garantir o cumprimento da Lei Municipal Nº 7.864, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014, Regulamentada pelo Decreto nº 24.623//2015.

Entretanto, aqui relevante constar que, os resultados pretendidos a todos os níveis (economicidade, aproveitamento de recursos - seja de qualquer espécie) estão atrelados a formatação da contratação, no sentido que estão previstos a garantia do cumprimento da determinação legal e o atendimento à população hipossuficiente com consequente atendimento ao interesse público.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Previamente à celebração do contrato decorrente do presente processo a unidade tomará as devidas providências a fim de que o respectivo cumpra-se de forma eficaz e para que a municipalidade e o interesse público sejam atendidos da forma mais eficiente possível, presentes na elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência:

- Avaliação das áreas a serem disponibilizadas para construção;
- Levantamento dos locais onde serão possíveis a construção das carneiras;
- Importante pontuar que quanto a equipe técnica de fiscalização, essa Secretaria possui servidores com experiências técnicas e conhecimento acerca do serviço a ser contratado, bem como, caso necessário pode-se solicitar o suporte das demais Secretarias.
- Ainda, indicamos que quando da indicação dos membros para fiscalização do contrato, o princípio da segregação de funções será observado.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Realiza-se a análise de possíveis impactos e suas medidas mitigadoras:

- Contaminação do solo e da água: os serviços de construção podem gerar resíduos, tais como entulhos e restos de concreto, a fim de evitar a contaminação a empresa contratada deverá efetuar a utilização de produtos ambientalmente seguros.
- Geração de resíduos: da geração de resíduos citada no item anterior, a empresa contratada deverá realizar a coleta e devida destinação dos resíduos que produzir durante a execução do contrato.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

a) identificação de riscos - para a presente contratação constatou-se os seguintes riscos:

Risco 1 - Licitação restar deserta ou fracassada.

b) análise de riscos - os riscos encontrados possuem como consequência o não atendimento das necessidades da administração pública e dos munícipes usuários do serviço público.

	Probabilidade P	
Índice	Descrição	Nível
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1
Pouco Provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4
Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5

	Impacto (I)	
Índice	Descrição	Nível
Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.	1
Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.	2
Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.	3
Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.	4
Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.	5

c) avaliação de riscos - dos riscos encontrados, procedendo a ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como Alto.

Classificação dos Riscos	
Pontuação	Risco
15 a 25	Muito Alto
8 a 12	Alto
3 a 6	Médio
1 e 2	Baixo
0	Muito Baixo

d) tratamento de riscos - com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a conduta de divulgação do edital para que os fornecedores possam ter conhecimento do certame.

Possibilidade de Tratamento de Riscos	
Conduta	Descrição
Evitar	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Transferir	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Mitigar	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Mitigar/transferir	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Aceitar	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

Para proceder à análise da viabilidade da contratação, esta deve atender positivamente os seguintes critérios:

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	x		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	x		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	x		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	x		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	x		
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	x		
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	x		

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

Assim, para atender a necessidade da municipalidade e considerando tratar-se de um serviço específico que demanda a construção das carneira para sepultamentos de concessão assistencial, com base nas informações técnicas constantes no presente Estudo Técnico Preliminar, bem como pelo levantamento de mercado, considerando as opções disponíveis para solução da demanda, a Equipe/Comissão de Planejamento entende ser viável a solução apresentada no presente Estudo Técnico Preliminar, qual seja, a Contratação de serviços para construção de Carneiras Mortuárias

no Cemitério Municipal Rio Bonito pelo Sistema de Registro de Preços, pois irá proporcionar o pleno atendimento das necessidades, vez que essa alternativa se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público.



Documento assinado eletronicamente por **Samara Regina Fuck, Coordenador(a)**, em 24/06/2024, às 16:18, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Dayane Candido Bento, Gerente**, em 24/06/2024, às 16:24, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Esthefani Cristine Lopes da Silva, Servidor(a) Público(a)**, em 25/06/2024, às 12:36, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Joao Jovita, Secretário (a)**, em 25/06/2024, às 18:19, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0021538040** e o código CRC **8C354004**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC -
www.joinville.sc.gov.br

23.0.083791-3

0021538040v10